



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Crise de valorização e desmedida do capital:

breve ensaio sobre a natureza da crise estrutural do capital

Giovanni Alves

Como citar: ALVES, G. Crise de valorização e desmedida do capital - breve ensaio sobre a natureza da crise estrutural do capital. IN: CAMARGO, J. M. CORSI, F. L. VIEIRA, R. L (org). **Crise do Capitalismo: questões internacionais e nacionais.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p7-30. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-188-1.p7-30>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

CRISE DE VALORIZAÇÃO E DESMEDIDA DO CAPITAL - BREVE ENSAIO SOBRE A NATUREZA DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Giovanni Alves¹

O que a nova (e profunda) crise do capitalismo global explicita é a instabilidade estrutural do sistema mundial do capital imerso em candentes contradições orgânicas. É o que buscaremos expor neste ensaio, que visa apresentar algumas idéias sobre a natureza da crise estrutural do capital como crise de formação do valor, isto é, crise de produção e realização do valor.

Iremos explicar a crise de valorização pela teoria da “lei” tendencial de queda da taxa média de lucro originalmente exposta por Karl Marx no Livro III de “O Capital” (1986). Na verdade, iremos expor uma interpretação desta “lei” tendencial de queda da taxa média de lucro, salientando que ela não se trata propriamente de uma “lei” com caráter determinístico e inexorável, mas sim, de uma determinação tendencial no sentido dialético, que implica, em si e para si, contra-tendências históricas.

A “fórmula matemática” da composição orgânica do capital utilizada por Marx, n^o “O Capital” não tinha o objetivo de apreender a dialética histórica do sistema produtor de mercadorias com seus paroxismos categoriais. Na verdade, a lógica do desenvolvimento histórico – e a lei da queda da taxa média de lucros descoberta por Marx, é uma “lei tendencial” ou “lei” histórica – é absolutamente irreduzível à fórmulas lógico-matemáticas. O próprio Marx teve cuidado em não utilizar sua

¹ Giovanni Alves é professor livre-docente de sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, pesquisador-bolsista do CNPq, Doutor em Ciências Sociais pela UNICAMP, publicou entre outras obras, O Novo e Precário Mundo do Trabalho (Editora Boitempo, 2000, 304 p), Trabalho e Cinema – Vol. 1 e vol.2 (Editora Praxis, 2006/2008), Dimensões da Reestruturação produtiva (Editora Praxis, 2007) e A condição de proletariado (Editora Praxis, 2009). E-mail: giovanni.alves@uol.com.br

teoria para “predizer” o desenvolvimento do capitalismo histórico, como proclama a vulgata marxista. As leis da economia capitalista expostas por Marx possuem um caráter histórico-dialético, ou seja, são leis históricas postas intrinsecamente como “determinações tendenciais”. É neste sentido que iremos apreender a “lei” da queda da taxa média de lucros. Buscaremos salientar que tendências e contra-tendências constituem em si e para si, o movimento concreto crítico de valorização do capital nas condições do capitalismo histórico hipertardio. Portanto não se trata de proclamar a estagnação e o colapso do sistema produtor de mercadoria por conta da irremediável queda da taxa média de lucro decorrente do aumento da composição orgânica do capital, mas sim, de apreender a nova forma de ser da dinâmica crítica de acumulação do capital nas condições de sua crise estrutural.

A partir deste pressuposto metodológico exposto acima sobre o entendimento das leis categoriais expostas por Marx em sua obra magna, trata-se de redefinir, deste modo, o conceito de “crise”, apreendendo-o, na ótica do “sujeito automático” capital, como forma de ser (ou determinação da existência) do desenvolvimento contraditório do sistema do trabalho abstrato “afetado de negação”.

Por outro lado, a exposição da composição orgânica do capital, como sendo uma relação definida em termos de valor (o que a distingue da composição técnica do capital), coloca outro problema metodológico crucial, isto é, como calcular e expressar em termos quantitativos, o valor de categorias econômicas que não são propriamente categorias econômicas, mas sim, formas de ser e determinações da existência impregnadas de temporalidade histórica?

Portanto, o presente ensaio visa apenas esboçar algumas idéias para caracterizar, numa ótica dialética, um aspecto fundamental (e fundante) da crise estrutural do capital, isto é, apreende-la como sendo a crise de formação (produção/realização) do valor. É a partir desta crise estrutural de valorização que iremos apreender o significado do complexo categorial das crises do capital, postas e pressupostas no movimento do sistema produtor de mercadoria; crise estrutural de valorização constituída pelas múltiplas determinações da crise de lucratividade, crise de superprodução ou sobreacumulação e crise de subconsumo.

Cada crise financeira que se manifesta na temporalidade histórica do capitalismo global desde meados da década de 1970 expõe com intensidade candente a nova dinâmica instável e incerta do capitalismo histórico. Uma das nossas hipóteses é que, nos últimos trinta anos (1980-2010), apesar da expansão e intensificação da exploração da força de trabalho, com o crescimento do capital acumulado, graças à crescente extração de mais-valia relativa, a produção de valor no sistema mundial do capital está aquém da necessidade de acumulação do sistema produtor de mercadorias.

Enfim, apesar do crescimento exacerbado do capital acumulado, surgem menos possibilidades de investimento produtivo de valor que conduza a uma rentabilidade adequada às necessidades do capital em sua etapa planetária. Esta é a dimensão paradoxal da crise estrutural de valorização.

Mesmo com a intensificação da precarização do trabalho em escala global nas últimas décadas, com o crescimento absoluto da taxa de exploração da força de trabalho, a massa exacerbada de capital-dinheiro acumulada pelos loci de capital concentrado, não encontra um nível de valorização adequado ao patamar histórico de desenvolvimento do capitalismo tardio. Deste modo, podemos caracterizar a crise estrutural do capitalismo como sendo uma crise de formação (produção/realização) de valor onde a crise capitalista aparece, cada vez mais, como sendo uma crise de abundância exacerbada de riqueza abstrata.

Depois desta pequena introdução à problemática deste ensaio crítico, é importante salientar que a crise estrutural do capital, além de ser crise de formação (produção/realização) de valor, é, crise de (de)formação do sujeito histórico de classe (não iremos tratar desta dimensão essencial o presente ensaio).

Embora não iremos tratar desta dimensão essencial da crise estrutural do capital, seria interessante observar que, consideramos como crise de (de)formação do sujeito de classe, uma determinação tendencial do processo de precarização estrutural do trabalho que, nesse caso, aparece como precarização do homem que trabalha.

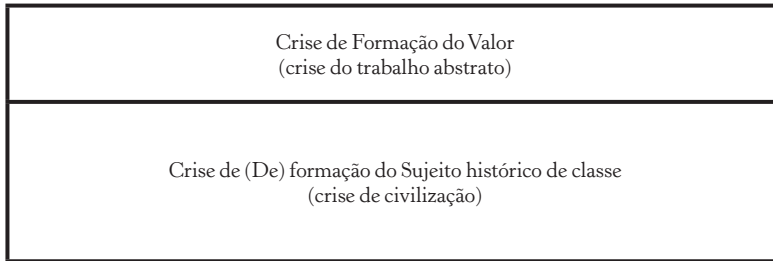
Com a disseminação intensa e ampliada de *formas derivadas* de valor na sociedade burguesa hipertardia, o fetichismo da mercadoria e as múltiplas formas de fetichismo social, tendem a impregnar as relações humano-sociais, colocando obstáculos efetivos à formação da consciência de classe necessária e portanto, à formação da classe social do proletariado².

Deste modo, o capitalismo global como capitalismo manipulatório nas condições da vigência plena do fetichismo da mercadoria, expõe uma contradição

² Distinguímos “formas constitutivas” e “formas derivadas” do valor. Por exemplo, as categorias trabalho abstrato e exploração são categorias pertinentes do trabalho produtor de valor, sendo, deste modo, “formas constitutivas” do valor. Elas constituem, portanto, a forma-valor que impregna o trabalho produtivo no modo de produção capitalista. Entretanto, na medida em que se desenvolve, a forma-valor tende a se disseminar por instâncias não-produtivas do modo de produção capitalista. Por isso, o trabalho abstrato e a exploração aparecem como “formas derivadas” do valor nas instâncias do trabalho “improdutivo” interior ou exterior à produção do capital. Enquanto formas derivadas do valor, trabalho abstrato e exploração são meramente “formas fictícias” que não contribuem objetivamente para a formação do valor. Entretanto, mesmo imbuídas de “ficticidade”, eles têm, no plano existencial, a mesma eficácia ontológica das formas constitutivas do valor (o que significa que a distinção “formas constitutivas”, vinculadas às instâncias produtivas e “formas derivadas”, que possuem uma dimensão meramente fictícia, na ótica do valor, é uma distinção relevante apenas para entendermos a dinâmica da acumulação do capital, sendo irrelevante para aferir a dinâmica da vida social e a luta de classes: o trabalhador público, afetado pelo trabalho abstrato e a exploração do capital, embora não produza valor, é tão capaz de desenvolver cum grano salis, a consciência de classe quanto o operário industrial explorado e subsumido à lógica efetiva do trabalho abstrato produtor de valor).

crucial entre, por um lado, a universalização da condição de proletariedade e, por outro lado, a obstaculização efetiva da consciência de classe de homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho³.

Quadro 1 - Formas de ser da crise estrutural do capital



Fonte: elaboração do próprio Autor

Ao tratarmos da crise de valorização, expomos, como salientamos acima, “determinações tendenciais” que se articulam com “contra-tendências históricas”. Esta sintaxe da dialética histórica evita reduzir “determinações tendenciais” a “leis” históricas inexoráveis que agem de forma mecânica e determinística às costas dos sujeitos humano-sociais.

Por exemplo, a crise de formação do sujeito histórico de classe, uma das dimensões históricas da crise estrutural do capital, é, por um lado, uma determinação tendencial inscrita na nova temporalidade crítica do capital; e por outro lado, ela própria é contra-tendência histórica efetiva à vigência plena da crise de valorização do capital. Enquanto tendência contrária, ela não abole a vigência histórica da determinação tendencial, mas altera, em sua essência, a efetividade contingente desta determinação tendencial que se impõe à sociedade produtora de mercadorias em sua fase global.

Por exemplo, na medida em que a crise do sujeito histórico de classe, o sujeito histórico efetivo capaz de pôr obstáculos à voracidade do capital, contribui para o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, ela cria, em termos relativos, novas possibilidades de investimento produtivo que propiciam, mesmo que aquém das necessidades sistêmicas de produção de mais-valia, uma rentabilidade do capital acumulado.

Estas duas dimensões intrinsecamente contraditórias da crise estrutural do capital – a crise de formação (produção/realização) do valor e crise de (de)

³ No ensaio intitulado “Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório – o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha” (mimeo, UNESP, 2010) tratamos de alguns elementos do que seria a crise de (de)formação do sujeito histórico de classe. Para isso utilizamos o conceito de “dessubjetivação” de classe inscrito no movimento de precarização estrutural do trabalho.

formação do sujeito de classe – tendem a alargar a temporalidade histórica da “crise de civilização” do mundo do capital.

É claro que, a irremediável crise de valorização nas condições históricas da crise do sujeito histórico de classe, não conduz ao colapso da modernização do capital em escala global. Pelo contrário, a incapacidade da “negação da negação” pelo sujeito histórico de classe tende a alongar a temporalidade crítica da civilização do capital, exacerbando a produção do valor, em termos absolutos, tanto em sua forma constitutiva, quanto em sua forma derivada, e colocando maiores desafios para a formação da consciência de classe necessária (a constituição de novos nichos de modernização capitalista como China e Índia, por exemplo, são expressões históricas deste processo de alongamento da temporalidade crítica da civilização burguesa).

Na verdade, o que está em questão é a capacidade histórica do movimento do proletariado como classe em dar resposta efetivas – no plano histórico-mundial às novas condições objetivas da luta de classes no capitalismo global.

No movimento da dialética histórica, ao lado das circunstâncias objetivas, legadas e transmitidas pelo passado, com as causalidades necessárias dadas pela dinâmica da acumulação de capital com as contradições inerentes ao sistema produtor de mercadorias, existem os “acidentes” intrínsecos ao curso geral do desenvolvimento histórico. Como observou Marx a Kugelmann, “a história mundial seria na verdade muito fácil de fazer-se se a luta fosse empreendida apenas nas condições nas quais as possibilidades fossem infalivelmente favoráveis.” E prossegue: “Seria, por outro lado, coisa muito mística se os “acidentes” não desempenhassem papel algum. Esses acidentes mesmos caem naturalmente no curso geral do desenvolvimento e são compensados outra vez por novos acidentes. Mas a aceleração e a demora são muito dependentes de tais “acidentes”, que incluem o “acidente” do caráter daqueles que de início ficam à frente do movimento” (MARX, 1986, p. 211).

O CAPITALISMO GLOBAL

A partir da crise capitalista de meados da década de 1970, a primeira recessão generalizada da economia mundial após 1945, o sistema mundial do capital acelerou seu processo de reestruturação orgânica. Nos últimos trinta anos, desenvolveu-se, de modo desigual e combinado, nas mais diversas instâncias da vida social, uma intensa reestruturação capitalista com impactos disruptivos no mundo social do trabalho. Constitui-se uma nova etapa do capitalismo histórico: o “capitalismo global”, o espaço-tempo de produção do capital adequado à dinâmica crítica da acumulação de valor no plano mundial.

O que denominamos de “capitalismo global” é o capitalismo histórico da fase da financeirização da riqueza capitalista. É o capitalismo das bolhas especulativas

e da instabilidade sistêmica que tem caracterizado o sistema mundial produtor de mercadorias nas últimas décadas.

O capitalismo global é o capitalismo da mundialização do capital e do complexo da reestruturação produtiva, com a nova divisão internacional do trabalho e o poder global das corporações transnacionais. O capitalismo global é o novo capitalismo flexível, onde se dissemina o espírito do toyotismo como nova ideologia orgânica da produção de mercadorias. Difunde-se o novo e precário mundo do trabalho (ALVES, 2011)

O capitalismo global é o capitalismo do neoliberalismo e da vigência hegemônica do mercado, cujas crises sistêmicas recorrentes criaram condições históricas para o surgimento, nos elos mais fracos do imperialismo na América Latina, experiências pós-neoliberais contra-hegemônicas (Venezuela, Bolívia e Equador). Enfim, o capitalismo global é o capitalismo do sociometabolismo da barbárie e das novas formas de irracionalismo e estranhamento social.

Os trinta anos de capitalismo global (1980-2010) foram marcados por crises financeiras de grande amplitude que abalaram o velho sistema produtor de mercadorias. Embora a crise financeira de 2008 tenha sido uma das maiores crises financeiras do capitalismo global, ela, com certeza, não será a última. Pelo contrário, a natureza do capitalismo global é caracterizada pela instabilidade crônica, estrutural e sistêmica. Na verdade, as crises financeiras recorrentes do “capitalismo das bolhas” expressam um sistema mundial clivado de contradições orgânicas derivadas dos impasses da formação do valor, como iremos salientar adiante.

As crises financeiras recorrentes fazem com que o sistema mundial se reestruture e se expanda às custas da perda do lastro civilizatório construído durante o capitalismo do “Welfare State”. Imerso em candentes contradições sociais, diante de uma dinâmica de acumulação de riqueza abstrata tão volátil, quanto incerta e insustentável, o capitalismo global explicita cada vez mais que é incapaz de realizar as promessas de bem-estar social e emprego decente para bilhões de homens e mulheres assalariados. Pelo contrário, diante da crise, o capital, em sua forma financeira e com sua personificação tecnoburocrática global, o Fundo Monetário Internacional (FMI), como o deus Moloch, exige hoje sacrifícios perpétuos e irresgatáveis das gerações futuras.

Os desdobramentos da crise irão expor com mais candência, no plano da objetividade social, a natureza íntima da civilização do capital imersa em sua crise estrutural. Na verdade, as contingências sombrias do movimento real do sistema mundial produtor de valor, constatadas nas últimas décadas de capitalismo global, expressam, de fato, a persistência de crise de fundo: a crise estrutural do capital.

Entretanto, ao invés de prenciar a catástrofe final do capitalismo mundial, a crise estrutural do capital prencia tão-somente uma nova dinâmica

sócio-reprodutiva do sistema produtor de mercadorias baseado na produção crítica de valor, isto é, sob as condições históricas de uma crise estrutural de valorização.

É a crise estrutural do capital que impulsiona o processo de mundialização produtiva e financeira do capital. Com a crise estrutural, o sistema produtor de mercadorias se expande de forma exacerbada e cresce de modo irregular, recorrente e instável (hoje, por exemplo, conduzido pelos pólos mais ativos e dinâmicos de acumulação de valor: os ditos “países emergentes”, como a China, Índia e Brasil).

Enquanto o centro dinâmico capitalista – União Européia, EUA e Japão - “apodrecem” com sua tara financeirizada (como atesta a crise financeira de 2008 que atingiu de modo voraz os EUA, Japão e União Européia), a periferia industrializada emergente alimenta a última esperança (ou ilusão) da acumulação de riqueza abstrata sob as condições de uma valorização problemática do capital em escala mundial (eis o segredo do milagre chinês).

1 O SIGNIFICADO DA “CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL”

A crise estrutural do capital *não* significa a estagnação e colapso da economia capitalista mundial, mas sim, incapacidade do sistema produtor de mercadorias realizar suas promessas civilizatórias. Tornou-se lugar comum identificar *crise* com *estagnação*, mas, sob a ótica do capital, “crise” significa tão-somente riscos e oportunidades históricas para reestruturações sistêmicas visando a expansão alucinada da forma-valor.

De fato, o capitalismo expande-se e se renova, no plano fenomênico, através de suas crises. Em sua etapa de crise estrutural, ele tende a aparecer como um sistema mundial imerso em contradições sociais candentes. Marx observou que o capital é a própria “contradição viva”. Apesar de estar em crise estrutural, ele, ao mesmo tempo, se expande como sistema mundial produtor de mercadorias. Embora esteja em fase de decadência histórica, a ordem burguesa é capaz de iludir com promessas de liberdade e igualdade.

Entretanto, na época do capitalismo global, de crise financeira em crise financeira – pois esta é a forma de crise capitalista predominante sob a mundialização do capital - o sistema mundial do capital amplia e intensifica a produção de fetichismos sociais e agudiza a alienação e o estranhamento de homens e mulheres que trabalham. Apesar da renúncia que importantes autores e pesquisadores sociais fizeram da utilização de conceitos como “classe social”, “proletariado” ou mesmo “capitalismo”, pois para muitos deles nada existe para além deste modo de organizar a produção social (o capitalismo), o que percebemos, pelo contrário, é a ampliação, num patamar universal, do que denominamos de “condição de proletariedade” e de vigência plena do modo de produção de mercadorias (ALVES, 2009). Devido

a intensificação dos fetichismos sociais, ativados pela aguda manipulação do capitalismo tardio, a “condição de proletariedade” não se traduz efetivamente em consciência de classe necessária. O que significa que não se constitui, ou se constitui de modo limitado, o sujeito histórico de classe capaz de dar resposta efetiva à miséria da ordem burguesa.

Para além de uma ótica economicista, a crise do capital em sua fase de decadência histórica, é, de fato, hoje, a “crise de civilização” que se expressa com vigor na degradação do *metabolismo social homem-natureza*: seja a natureza humana, expressa no cataclismo social, com seus milhões de trabalhadores precários e a massa de desempregados sem perspectivas de futuro digno e vítimas do adoecimento físico e mental; seja a natureza natural com o cataclismo climático marcado pelo aquecimento global e deriva climática.

No livro “Para Além do Capital”, István Mészáros observa que a novidade que experimentamos hoje é que a crise do capital que atinge o nosso tempo histórico é fundamentalmente uma crise estrutural. A longa citação torna-se necessária tendo em vista a importância de salientar na ótica de Mészáros, as características candentes da crise estrutural do capital. Disse ele:

A novidade histórica da crise de hoje torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc. (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente-, em lugar de limitada e cíclica, como foram rodas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia. Seria extremamente tolo negar que tal maquinaria existe e é poderosa, nem se deveria excluir ou minimizar a capacidade do capital de somar novos instrumentos ao seu já vasto arsenal de autodefesa contínua. Não obstante, o fato de que a maquinaria existente esteja sendo posta em jogo com frequência crescente e com eficácia decrescente é uma medida apropriada da severidade da crise estrutural que se aprofunda. (MÉSZÁROS, 2002, p. 795-796).

Eis, portanto, segundo Mészáros (2002), as características modais da crise estrutural do capital que se desdobra nas últimas décadas (c.1974-2010): caráter universal, alcance global, temporalidade extensa e modo rastejante. O capitalismo

global com seus traços salientados acima (financeirização, acumulação flexível, neoliberalismo, sociometabolismo da barbárie), constitui-se como forma histórica determinada da modernidade burguesa no bojo desta crise do capital.

Entretanto, para além destas formas de manifestações modais da crise estrutural do capital, buscaremos salientar neste ensaio, uma das suas dimensões categóricas cruciais: a “crise na formação do valor”. É o que buscaremos tratar a seguir.

2 CRISE DA FORMAÇÃO DO VALOR

As transfigurações estruturais ocorridas no processo de acumulação de valor por conta do desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo põem homens e mulheres diante de novas (e determinadas) condições objetivas no interior da qual eles fazem a história. Na virada pela o século XXI, a vigência plena da grande indústria com a predominância da mais-valia relativa tende a instaurar um campo ampliado – intenso e extenso - de candentes “contradições vivas” do interior do sistema mundial produtor de mercadorias.

Na medida em que a categoria do trabalho abstrato é posta com mais intensidade e amplitude no interior do movimento do capital, disseminando-se, deste modo, não apenas como forma constitutiva do valor, mas também, e principalmente, como forma derivada do valor, ele –o trabalho abstrato - tende a ser “afetadas de negação” no interior de sua própria afirmação plena, transtornando, em si e para si, o próprio sistema produtor de mercadoria.

Na verdade, a efetiva crítica da economia política se expressa com a crise estrutural do capital, uma crise universal, global, extensa e rastejante que expõe, no plano do valor, os limites da própria relação-capital. É sob a crise estrutural do capital que a solidez categorial do modo de produção capitalista, exposta por Marx na sua obra magna (“O Capital”), tende a se desmanchar no ar; ou melhor, tende a se transfigurar no ar, tendo em vista que, por exemplo, a categoria de trabalho abstrato, categoria constitutiva do sistema do capital, é negada – ou posta pelo avesso - no interior do próprio capitalismo. Na medida em que o trabalho abstrato tende a se disseminar como forma derivada e restringir-se como forma constitutiva de valor, manifesta-se, em si, o sentido da transfiguração categorial. Deste modo, afirma-se a “ficticidade” do valor, onde o capital financeiro, ou o capital fictício, é sua expressão material. De fato, existe um movimento de desefetivação persistente do valor no interior de sua plena afirmação como “modus regulandi” do metabolismo social. Eis o sentido espectral da crise do valor ou crise da formação do valor exposta no bojo da crise estrutural do capital.

No Livro III de “O Capital”, Karl Marx nos expôs, como resultado do desenvolvimento categorial do modo de produção capitalista, a “lei” tendencial da queda da taxa média de lucros por conta do crescimento da composição orgânica do capital. É a manifestação plena da “negação do sistema no interior do próprio sistema”, como diria Ruy Fausto (1988). Ora, o capitalismo possui, como determinação tendencial, a negação de seus próprios fundamentos categoriais. Estamos diante de um aparente paradoxo, ou melhor, candente contradição, tendo em vista que, o que a “lei” tendencial exposta por Marx explicita é que, quanto mais se desenvolve o capitalismo, mais decresce a taxa média de lucros. Isto é, o capitalismo, na medida em que afirma cada vez mais suas determinações categoriais, mais tende a se negar em si e para si. Eis como Manuel Castells descreve, em 1979, o “mecanismo” de surgimento da crise capitalista. Esta longa citação torna-se necessária pela clareza do autor em expor aquilo que salientamos acima: a crise do capitalismo decorre de seu próprio sucesso como modo de extração de mais-valia. É a incapacidade para realizar suas mercadorias ou produzir valor a partir da imensa coleção de mercadorias acumulada como riqueza abstrata, que transtorna o modo de produção capitalista. Eis o sentido da crise de superprodução crônica que se abate sobre o modo de produção capitalista. Diz ele:

O descenso das taxas de lucros origina um excedente de capital, porque o crescimento do capital acumulado, graças à crescente extração de mais-valia, encontra cada vez menos possibilidades de investimentos que conduzam a uma rentabilidade adequada. Disto reviva um descenso do investimento produtivo que provoca uma diminuição de emprego e a conseqüente redução dos salários pagados pelo capital. Ao diminuir os salários, cai, paralelamente, a procura, provocando uma crise na venda das mercadorias previamente armazenadas. Produz-se, assim, uma crise de superprodução, já que a capacidade produtiva não pode ser absorvida pela procura solvente existente, resultado das restrições à procura derivada do descenso dos investimentos. A incapacidade para realizar suas mercadorias faz com que o capital detenha sua produção, generalizando-se a paralisação e a depressão dos mercados. Dado que a produção capitalista somente está interessada na criação de valores de uso na medida em que sejam o suporte de valores de troca, a economia somente se reativará quando a paralisação em massa originar salários muito baixos, quando a falência de muitas empresas tiver desvalorizado o capital fixo e quando o Estado intervier ou se produzir um acontecimento inesperado (uma guerra, por exemplo) que incremente substancialmente os mercados e permita o investimento rentável de capital. (CASTELLS, 1979, p. 63, grifo nosso).

Mas esta determinação tendencial – a queda da taxa média de lucros em virtude do desenvolvimento da acumulação capitalista voltada para a obtenção do próprio lucro – convive no seu íntimo, com contra-tendências históricas que alteram, em si e para si, a sua dinâmica efetiva. São as tendências contrárias que devem ser explicitadas no processo de desenvolvimento crítico do sistema produtor de

mercadorias. Por exemplo, nos últimos trinta anos (1980-2010), a mundialização do capital, a nova divisão internacional do trabalho, o neoliberalismo e a financeirização da riqueza capitalista ou ainda, o surgimento da China e o protagonismo dos novos mercados no Sudeste Asiático, são algumas das principais contra-tendências históricas à “lei” tendencial de queda da taxa média de lucros. Na verdade, a obsessão pela abertura de novos mercados, um dos traços cruciais do capitalismo global, é uma tendência contrária à crise de superprodução crônica, visando, deste modo, criar demanda efetiva para as mercadorias armazenadas.

Deste modo, a crise estrutural do capital é composta por um complexo de tendências e contra-tendências intrinsecamente contraditórias que dilaceram as possibilidades concretas de desenvolvimento do capitalismo históricas como processo civilizatório. O movimento de afirmação e negação da produção e realização do valor contidas nas mercadorias se acelera com a contradição candente entre o desenvolvimento das capacidades produtivas do sistema produtor de mercadorias em virtude das notáveis mudanças tecnológicas ocorridas com a III Revolução; e a incapacidade relativa para realizar suas mercadorias em virtude do nível de procura solvente existente. Por isso, criar novos mercados tornou-se tarefa crucial para o sistema produtor de mercadorias.

Nos últimos trinta anos, disseminou-se novas estratégias de criação de mercados, como, por exemplo, a expansão do comércio e as políticas de abertura comercial, a obsolescência planejada das mercadorias (o que István Mészáros iria salientar como sendo a vigência da “taxa de utilização decrescente do valor de uso das mercadorias”), e inclusive, os processos de privatização de empresas públicas (MÉSZÁROS, 2002).

As inovações financeiras e a financeirização da riqueza capitalista não deixam de ser estratégias contrárias à crise de superprodução crônica, no plano da valorização fictícia. Na medida em que a forma-mercadoria encontra-se interdita pela crise de superprodução crônica, busca-se a realização de valor desprezando-se a criação de valores de uso como suporte de valores de troca. Isto é, impõe-se com vigor, a fórmula $D-D'$, desprezando-se o termo intermédio M . É claro que se trata de uma estratégia de valorização fictícia que visa não apenas contornar a paralisação e depressão dos mercados, mas constituir um novo modo efetivo de valorização capaz de superar, no plano da ficticidade, a crise de formação do valor à altura das necessidades sistêmicas da produção do capital em escala global.

Torna-se necessário, com a crise estrutural do capital, a constituição de um “capitalismo fictício” capaz de dar resposta às necessidades estruturais de produção e realização de valor à altura da massa de capital-dinheiro acumulado por conta da

crescente extração de mais-valia ocorrida em decorrência da precarização estrutural do trabalho como um dos traços compositivos da própria crise estrutural do capital.

A crise do capitalismo global é a crise orgânica que decorre da acumulação demasiada de capital-dinheiro que não encontra rentabilidade adequada nas condições do sistema produtor de mercadoria. Portanto, é a crise do valor que, ao não se realizar através de seu suporte material – a mercadoria como valor de uso - encontra-se intimamente transtornado pelas contradições do sistema produtor de mercadoria. Por isso, cria um mundo fictício à sua imagem e semelhança (o que explica a disseminação das formas derivadas de valor, formas fictícias de realização do valor-trabalho).

Finalmente, pode-se considerar o processo de precarização estrutural do trabalho que caracteriza o capitalismo global, como uma contra-tendência à queda da taxa média de lucro, visando, deste modo, aumentar a taxa de exploração da força de trabalho (nesse sentido, Mészáros observa a vigência da equalização das taxas de exploração em escala global) (MÉSZÁROS, 2002).

Entretanto, o aumento da taxa de exploração só conseguirá reverter, em termos relativos, a tendência de descenso da taxa média de lucro quando aumentar com maior rapidez que a composição orgânica do capital. Na verdade, à medida em que se eleva a composição orgânica do capital, a taxa de lucro se torna progressivamente menos sensível a variações na taxa de mais-valia. O que significa que a precarização estrutural do trabalho embora seja condição necessária para se contrapor às tendências críticas de produção e realização do valor, não é condição suficiente, tendo em vista a elevação tendencial da composição orgânica do capital.

Além disso, o incremento da taxa de mais-valia é uma variável da luta de classe - o que explica outra determinação tendencial da crise estrutural do capital: a tendência à (de)formação do sujeito histórico de classe.

Na verdade, a necessidade de criação de novos mercados por meio de múltiplos dispositivos reais ou fictícios, no plano da efetividade da produção e realização do valor, coloca-se como necessidade crucial do capital em sua etapa de crise estrutural. Os limites do capital é a sua própria dimensão crítica, o que significa que, superar a crise estrutural implicaria ir além de si próprio. Portanto, a dimensão crítica torna-se um novo modo de ser do sistema produtor de mercadoria no interior do qual deve-se constituir a forma social adequada ao desenvolvimento destas contradições sistêmicas insolúveis.

3 A DIALÉTICA ENTRE “TRABALHO MORTO” E “TRABALHO VIVO”

A crise de formação do valor, isto é, crise de produção e realização da mais-valia extraída com a exploração da força de trabalho, se origina da tendência de aumento da composição orgânica do capital, que é a relação entre o trabalho morto (c) ou capital constante, e o trabalho vivo (v) ou capital variável, relação definida em termos de valor. É o que Marx expos no Livro III de “O Capital” ao compor a fórmula para o cálculo da composição orgânica do capital é c/v .

Marx conclui que o aumento da composição orgânica do capital (Q) conduz ao decrescimento, a longo prazo, da taxa média de lucro. Primeiro, ele observa que a taxa de lucro é calculada como $p' = s/c+v$. Depois, divide ambos os termos por v , para encontrar as funções da taxa de lucro. Isto é, ele conclui que p' (taxa de lucro) é função direta de e (a taxa de mais-valia) e função inversa de c/v (composição orgânica do capital). Isto é, para um nível determinado de e , p' variará em função da evolução de c/v ; ou ainda, quanto maior seja Q, maior será o descenso de p' .

Deste modo, apesar do crescimento da massa de mais-valia (s) produzida pelo capitalismo, em virtude da precarização estrutural do trabalho, a relação entre o valor investido (c/v) e a mais-valia obtida (e) será cada vez menos favorável para o capitalista (a fórmula da taxa de mais-valia (e) é s/v , onde s é a massa de mais-valia e v é o capital variável).

Entretanto, a lógica histórica não é uma lógica matemática. Ela implica a dialética histórica entre tendências e contra-tendências. Por isso, como salientamos acima, surgem alguns traços reativos ou contra-tendências à deterioração do crescimento da taxa média de lucro sob o capitalismo global que se incorporam como modo de ser da nova dinâmica de desenvolvimento capitalista em escala global (por exemplo, a obsessão por novos mercados é a principal delas, além, é claro da precarização estrutural da força de trabalho). Na verdade, embora não estejam inscrita na fórmula matemática c/v , as contra-tendências são tão importantes quanto as tendências para caracterizar a direção efetiva do movimento histórico do capital.

Sob o capitalismo global, o “trabalho vivo” que aparece como força de trabalho como mercadoria, única fonte de valor, cresceu, em termos absolutos, por conta dos novos territórios de produção do capital abertos com a deslocalização industrial, a nova divisão internacional do trabalho e a mundialização produtiva. Nos últimos trinta anos, cresceu indiscutivelmente a massa de mais-valia produzida pelo capitalismo. Por exemplo, a inserção do Sudeste Asiático, Leste Europeu e Rússia (com destaque para a China) no circuito de produção industrial do capital aumentou em escala global, o trabalho vivo na composição orgânica do capital, isto é,

um contingente de trabalho vivo que produz valor com baixos salários, o que explica de certo modo, o crescimento do capital acumulado graças à extração de mais-valia.

Entretanto, cresceu, na mesma medida, a presença do “trabalho morto” (máquinas, edifícios, matéria-prima, etc.) na produção industrial global. A concorrência capitalista, que conduz a concentração e formação de monopólios, obriga cada capitalista a tentar superar seus rivais introduzindo meios de produção tecnologicamente mais avançados que lhes permitem reduzir os custos de produção e incrementar os lucros. A partir da recessão de meados da década de 1970 cresceu a concorrência capitalismo no plano do mercado mundial. Impulsionou-se revoluções tecnológicas no seio do sistema produtor de mercadorias. Nos últimos trinta anos presenciamos, pelo menos, duas revoluções tecnológicas no bojo da III Revolução Industrial (a revolução informática e a revolução informacional, que constituiu o ciberespaço) (ALVES, 2011).

As corporações monopolistas chegaram a eliminar setores atrasados que possuem uma composição orgânica baixa com o objetivo de substituí-los por outros com composição orgânica mais elevada. Na verdade, as grandes empresas que organizam os circuitos da valorização do capital em escala global promoveram nos últimos trinta anos um rápido crescimento dos investimentos em capital constante. Apenas as grandes empresas têm a capacidade financeira de acelerar o processo de obsolescência do capital fixo, acelerando a taxa de rotação do capital constante.

Nas condições das revoluções tecnológicas que ocorrem sob o capitalismo global, o desenvolvimento das forças produtivas implica investimentos diretos e indiretos cada vez mais caros. Busca-se reduzir o valor contido no “trabalho morto” por conta do aumento da produtividade do trabalho no setor I, o setor de bens de produção.

Entretanto, a natureza do novo capital constante (capital fixo + capital circulante) que emerge com as revoluções tecnológicas do capitalismo global, isto é, as novas máquinas complexas e os novos materiais permeados de “trabalho imaterial”, transfiguram efetivamente o cálculo da produtividade do trabalho no setor I, tendo em vista a desmedida do valor, tornando, por conseguinte, mais lento a redução do valor contido no “trabalho morto” (iremos tratar disso na seção “Crise do “trabalho morto”, trabalho Imaterial e desmedida do capital”). O que significa que, apesar do aumento da aceleração da taxa de rotação do capital constante, o descenso do valor das novas máquinas e os novos materiais (o capital constante) é mais lento do que o descenso do valor da força de trabalho (capital variável). Ao mesmo tempo, a queda do valor da força de trabalho (v) que ocorre por meio da precarização estrutural do trabalho encontra um limite histórico-moral dado pela luta de classes e a correlação de forças entre capital e trabalho.

Deste modo, no processo de acumulação do capital em escala global, a vigência da determinação tendencial do aumento relativo da composição orgânica do capital em termos de valor, pressiona efetivamente para baixo a taxa média de lucro no plano do mercado mundial. Entretanto, no plano do movimento histórico, é importante observar que, toda determinação tendencial implica um complexo de contra-tendências históricas que possuem a mesma legalidade ontológica da determinação tendencial propriamente dita. Isto é, as tendências contrárias, como observa Manuel Castells (1979, p. 72) “não são meros fatores de demora dentro do necessário e inexorável processo de destruição catastrófica da economia capitalista”. Pelo contrário, as determinações tendenciais ao aumento da composição orgânica do capital e a do descenso da taxa de lucro e suas contra-tendências históricas compõem a “totalidade concreta” do capitalismo histórico em sua etapa de crise estrutural do capital.

A crise de formação do valor, isto é, de produção e realização do valor nas condições históricas do capitalismo global, não proclamam o colapso do modo de produção capitalista, mas sim, a constituição de uma nova dinâmica de desenvolvimento do capitalismo histórico, o capitalismo global, que se caracteriza pela instabilidade sistêmica do ciclo da economia capitalista em escala global.

4 AS METAMORFOSES DO “TRABALHO VIVO”

Sob o capitalismo global, ampliou-se, no plano histórico-universal, a condição de proletariedade, isto é, a condição existencial de homens e mulheres que estão subsumidos ao metabolismo social estranhado e fetichizado do capital. Eles compõem a classe dos trabalhadores assalariados empregados e desempregados subordinados às experiências vividas e percebidas de subalternidade, acaso e contingência, inseguranças e descontrole existencial, incomunicabilidade e corrosão do caráter, deriva pessoal e sofrimento, risco e periculosidade, invisibilidade social e migrabilidade, experimentação e manipulação, prosaísmo e desencantamento (ALVES, 2009).

Um contingente amplo e crescente da “classe” do proletariado compõe o mundo social do “trabalho vivo” que não produz valor, embora uma parte deles seja imprescindível à produção de valor (é o caso, por exemplo, dos trabalhadores assalariados “improdutivos” interiores à produção do capital, isto é, empregados vinculados às atividades de circulação e distribuição das mercadorias; ou mesmo, os trabalhadores assalariados vinculados ao setor de comércio e finanças, importantes setores “improdutivos” do capitalismo global vinculados à realização do valor).

Por outro lado, por conta das necessidades de reprodução social do sistema do capital, temos o crescimento dos trabalhadores assalariados “improdutivos” exteriores à produção do capital, os trabalhadores públicos, subsumidos ao Estado

político do capital. Tanto trabalhadores assalariados empregados ou desempregados, operários e empregados produtivos ou improdutivos, interiores ou exteriores à produção do capital (como os trabalhadores públicos), estão imersos na condição de proletariado por conta da sua inserção no metabolismo social total estranhado do mundo do capital.

O capitalismo global como sistema mundial produtor de mercadorias é o capitalismo da hiper-industrialização universal. Por conta das contra-tendências históricas à crise de valorização, exacerbou-se nas últimas décadas (1980-2010), a presença da grande indústria na vida social, aumentando, em termos absolutos, o contingente do trabalho vivo inserido na produção de valor. Os trabalhadores assalariados empregados que produzem mais-valia são os operários e empregados ligados a atividades industriais, sejam elas da indústria propriamente dita ou da indústria de serviços (incluindo, por exemplo, a educação e saúde privatizados). Independentemente da forma material da produção de mercadorias – valores de uso tangíveis ou intangíveis, como entretenimento, educação ou saúde - o capital extrai mais-valia da força de trabalho da indústria ou serviços privados.

Entretanto, apesar da expansão da grande indústria capitalista, presenciamos hoje, a crise do trabalho abstrato, isto a crise do trabalho que produz valor, no sentido de que, o crescimento em demasia do capital acumulado, graças à crescente extração de mais-valia, encontra, nas condições do capitalismo global, cada vez mais menos possibilidade de rentabilidade adequada tendo em vista as necessidades sistêmicas de acumulação de riqueza abstrata. É o que salientamos como sendo a crise da formação do valor, no sentido de produção e realização do valor nas condições da crise de superprodução/sobreaacumulação e crise de subconsumo.

Na verdade, a crise de formação do valor nas condições da hiper-industrialização capitalista em escala global trata-se de um paradoxo crucial do nosso tempo histórico. Apesar do crescimento do capital acumulado, por conta do crescimento da extração da mais-valia em escala global, presenciamos hoje, nos últimos trinta anos, uma crise crônica do capitalismo mundial, incapaz de garantir crescimento sustentável e preservação dos direitos sociais do mundo do trabalho.

Como salientamos acima, a massa de capital-dinheiro acumulado por conta do crescimento da taxa de exploração em virtude da precarização estrutural do trabalho, não consegue se realizar de forma adequada no âmbito da produção de mercadorias. O que significa menos possibilidades de investimentos produtivos que conduzam a uma rentabilidade adequada.

A vigência da financeirização da riqueza capitalista exprime a deriva íntima do trabalho produtor de valor. O que significa que uma parcela significativa do capital-dinheiro tende a se reproduzir adotando formas fictícias de valorização. Constitui-

se assim, o “capitalismo fictício” onde não há lugar, não apenas para o trabalho concreto (o que explica o crescimento do desemprego em massa), mas também, para o trabalho abstrato produtor de valor (o que explica a queda, em termos relativos, dos investimentos produtivos). Na verdade, o que tende a se disseminar são formas derivadas de valor, com o trabalho abstrato assumindo uma feição fictícia.

Mas a crise do trabalho abstrato e suas derivações reflexivas (a precarização estrutural do trabalho e a financeirização da riqueza capitalista) é paradoxalmente, expressão candente da vigência plena da mais-valia relativa. O capitalismo da grande indústria é o capitalismo da mais-valia relativa que contém, em si e para si, a determinação tendencial do aumento da composição orgânica do capital e o descenso da taxa média de lucro em escala global (com as implicações contra-tendências históricas salientadas acima).

Tanto na indústria propriamente dita, quanto nos serviços capitalistas, ocorreu nos últimos trinta anos, a substituição paulatina de “trabalho vivo” por “trabalho morto”. É flagrante o aumento da produtividade do trabalho nos setores produtivos da economia capitalista, seja nas indústrias quanto nos serviços, que incorporam cada vez mais, a lógica da mais-valia relativa.

Na medida em que se elimina “trabalho vivo” produtor de valor, corrói-se a base constitutiva do valor. Reduzem-se as *formas constitutivas* de valor, apesar de ampliar-se as *formas derivadas* de valor (por exemplo, a lógica do trabalho abstrato tende a impregnar as atividades “improdutivas” do capital, inclusive a administração pública, além de permear a vida cotidiana).

De modo obsessivo, o discurso do produtivismo capitalista visa a reduzir o contingente da força humana de trabalho; isto é, produzir mais, com menos operários ou empregados, substituindo-se assim, capital variável por capital fixo. Sob o capitalismo global, caracterizado pela instabilidade sistêmica das crises financeiras, a dinâmica cíclica das crises do capital impulsiona processos de reestruturação capitalista, onde cada capitalista individual tende a expelir mais “trabalho vivo” da produção de mercadorias, à título de redução de custos, e a incorporar, cada vez mais, “trabalho morto”. Cria-se, deste modo, não apenas um “exercito industrial de reserva”, mas sim, um imenso contingente de proletários sobrantes, incapazes de serem absorvidos pela indústria capitalista intensiva em capital. A dinâmica de acumulação do capitalismo global exacerba o caráter da produção redundante da força de trabalho como mercadoria que aparece como “superpopulação relativa” de homens e mulheres supérfluos que se incorporam em atividades “improdutivas” na ótica do valor (o que explica a difusão global das múltiplas atividades de comércio – formais ou informais, lícitos ou ilícitos).

A modernidade tardia do capital é irremediavelmente “improdutiva” na ótica do valor. É claro que uma parte das atividades “improdutivas” são interiores à produção do valor, contribuindo deste modo para resolver o problema da realização (o que explica a transferência de uma crescente proporção do capital do processo produtivo às atividades de venda). Entretanto, cresce o contingente de trabalhadores proletários serviços, formais ou informais, exteriores à produção do capital, que vivem à custa da massa de mais-valia social.

Podemos dizer que, nos últimos trinta anos de capitalismo global (1980-2010), cresceu indiscutivelmente o contingente de trabalhadores assalariados em escala global. É o que salientamos como sendo a presença da condição de proletariado universal e global. Entretanto, apesar do crescimento da “classe” do proletariado, ocorreu a redução relativa, embora não absoluta, do contingente de trabalhadores assalariados produtivos empregados na produção de valor. Isto é, no conjunto da “classe” dos trabalhadores assalariados em escala global, reduziu-se, em termos relativos, a participação de operários e empregados inseridos na produção de valor, isto é, trabalhadores assalariados produtivos. Isto pode ser explicado pela intensificação da concorrência capitalista no mercado mundial e, por conseguinte, a aceleração das inovações tecnológico-organizacionais na produção de mercadorias com o aumento exponencial da produtividade do trabalho que contribuíram para a redução relativa da participação de trabalhadores assalariados produtivos no conjunto do proletariado global.

Nesse sentido, cresceu, em termos absolutos, a extração de mais-valia ou a taxa de exploração da força de trabalho na grande indústria capitalista. O desenvolvimento da precarização estrutural do trabalho com a vigência plena da mais-valia relativa no bojo do crescimento absoluto do contingente de trabalhadores assalariados produtivos (por exemplo, as novas fronteiras de expansão industrial na China e Índia) - mesmo que eles tenham se reduzido em termos proporcionais no conjunto da “classe” do proletariado global – levaram ao crescimento da extração de mais-valia no interior do sistema produtor de mercadoria.

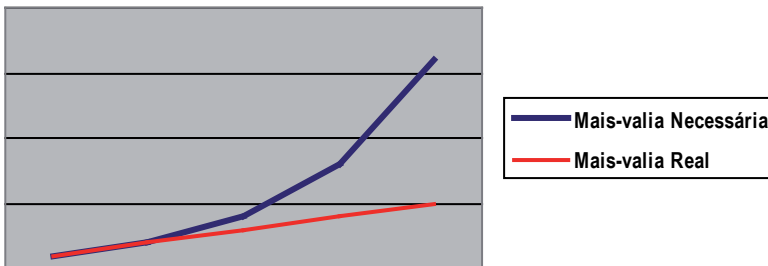
Este crescimento em demasia da extração da mais-valia é que explica o crescimento do capital acumulado ou massa de capital-dinheiro sedente de valorização. Entretanto, como explicamos acima, a crise de valorização ou crise de formação do valor, isto é, crise de produção e realização do valor, faz com que a massa de capital-dinheiro acumulada pelas corporações monopolistas encontre cada vez menos possibilidade de rentabilidade adequada nas condições do capitalismo global. Por isso, surgem contra-tendências históricas que permitem a constituição de uma nova dinâmica de desenvolvimento do capitalismo histórico.

Esta contradição crucial do capitalismo global pode ser apreendida de outro modo. Por exemplo, a produção de valor cresceu em termos absolutos, mas reduziu-se em termos relativos, ou seja, ela está aquém das necessidades sistêmicas cumulativas de valorização da massa de capital-dinheiro acumulada pelas corporações industriais globais.

Por exemplo, uma massa “x” de capital-dinheiro investido na produção, requer uma extração “y” de mais-valia. Ora, nas últimas décadas, “x” cresceu absoluta e relativamente; enquanto “y” só cresceu absolutamente (o que explica a interversão, no plano fenomênico, da mais-valia relativa em mais-valia absoluta). O que significa que a extração de valor cresceu numa progressão aritmética, enquanto as necessidades sistêmicas de valorização da massa de capital-dinheiro cresceram numa progressão geométrica, o que explica a vigência do “lucro fictício” como categoria capaz de explicar a necessidade sistêmica irrealizada. Deste modo, constituiu-se uma “fenda” de instabilidade financeira de onde surgem recorrentes “bolhas especulativas” que marcam a dinâmica de acumulação de valor fictício no capitalismo global.

Eis, portanto, um traço estrutural que irá marcar o capitalismo mundial no século XXI, apesar das tentativas de regulação política por meio das intervenções estatais cada vez mais incisivas (a explosão da dívida pública nos países capitalistas centrais, depois da crise de 2008, mostra que a crise de valorização tende, cada vez mais, a devorar como o velho Moloch, o “fundo público”, parcela da massa de mais-valia social capturada pelo Estado político, mas agora, re-apropriada pelo capital privado para sanar sua crônica insensatez financeira).

Gráfico 1 - Incongruências da Valorização do Capital



Fonte: Elaboração do próprio Autor

5 CRISE DO “TRABALHO MORTO”, TRABALHO IMATERIAL E DESMEDIDA DO CAPITAL

O sistema produtor de mercadorias está objetivamente “afetado de negação”, não apenas por conta da redução do “trabalho vivo” na produção do capital e do problema de realização da mais-valia extraída, mas também devido a própria natureza do “trabalho morto” constituído no bojo das novas revoluções tecnológicas do capital, que incorpora, cada vez mais em sua produção, um tipo de trabalho concreto que possui uma natureza recalcitrante à lógica do trabalho abstrato: o trabalho imaterial e o retorno do saber-fazer na produção. Por isso, surge a “desmedida do capital”, que ocorre devido a absorção, pelo sistema de produção, de elementos compositivos recalcitrantes à lógica da escassez e a quantificação intrínseca à lei do valor, como o trabalho imaterial.

Nos últimos trinta anos, o sistema produtor de mercadorias foi atingido por candentes contradições intrínsecas à própria forma-mercadoria. Vamos expor nesta seção do ensaio, uma nova percepção da crise de valorização, não apenas a partir da ótica da composição orgânica do capital (como consta no Livro III de “O Capital” de Karl Marx), mas sim a partir da perspectiva da forma-mercadoria (segundo o Livro I desta obra marxiana).

Na célula-mater da sociedade burguesa – a mercadoria - está contido a virtualidade das suas crises incisivas, sejam elas crises cíclicas, crise orgânica ou crise estrutural. Na medida em que atinge seu pleno desenvolvimento sócio-histórico, sob a terceira modernidade do capital, a forma-mercadoria explicita, ampla e intensamente, suas determinidades negativas. Na verdade, o sistema sócio-metabólico do capital tende a ser “afetado de negações” no interior do próprio capitalismo.

A crise estrutural do capital como crise de formação do valor expõe, num sentido radical, os dilaceramentos intrínsecos à forma-mercadoria, ou seja, a aguda contradição entre valor de troca (valor econômico) e valor de uso (valor humano). A intensificação (e nova amplitude) da crise da forma-mercadoria, sob as condições históricas da crise estrutural do capital, ocorre em virtude da crise estrutural do trabalho abstrato, o trabalho produtor de valor, fundamento do valor de troca.

Alucinada pelo desmanche de seu fundamento (o valor, em virtude da crise do trabalho abstrato), a forma-mercadoria se transfigura, perdendo tendencialmente o seu estatuto mediativo na fórmula geral do capital (D-M-D’). Em seu lugar, se põe a fórmula espúria D-D’, explicitação da reprodução hermafrodita da riqueza abstrata, estigma da financeirização, que representa, nesta nossa perspectiva crítica, sintoma da crise da forma-mercadoria e crise do trabalho abstrato.

Uma de nossas hipóteses é que, o trabalho imaterial é a explicitação – ou é mais um elemento de manifestação contingente – da crise do trabalho abstrato, não apenas no sentido da crise do “trabalho vivo” (que é mercadoria-força de trabalho); mas também, da crise do “trabalho morto”, no sentido da desmedida do capital que transtorna a “medida” efetiva da produtividade do trabalho que promove a desvalorização do capital constante, uma das contra-tendências históricas ao aumento da composição orgânica do capital que pressiona a queda da taxa média da taxa de lucros, é a desvalorização do capital constante.

Ora, a presença do trabalho imaterial, como uma forma de trabalho concreto recalcitrante ao movimento de abstração do valor que permite a medida efetiva da valorização, é mais um traço crucial de “negação do capitalismo no interior do próprio capitalismo” e que atinge o sistema sócio-metabólico do capital em sua etapa de crise estrutural. É um dos elementos de negatividade que tende a desmanchar a forma-mercadoria no sentido da sua desmedida.

Destacaríamos como duas determinações cruciais da crise do trabalho abstrato, (1) a dinâmica estrutural intrínseca à produção do capital, que percorre a passagem da manufatura para a grande indústria e a própria temporalidade da grande indústria, isto é, a substituição progressiva de “trabalho vivo” por “trabalho morto”, a passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital, que salientamos acima; e (2) a constituição de um “novo saber” do trabalho concreto nas instâncias dinâmicas de produção do capital, resistente às determinações do trabalho abstrato. Este novo saber, o trabalho imaterial, decorre do próprio desenvolvimento da nova base técnica do sistema produtor de mercadorias, das novas máquinas complexas que constituem o arcabouço da produção social.

Por um lado, “trabalho vivo” reduzido a “trabalho morto”; por outro lado, “trabalho morto” inteligente – as novas máquinas complexas – tendencialmente recalcitrante à medida do valor. Embora tão necessário às novas condições de produção social, o “novo saber” tende a não agregar, na produção do capital, valor de troca (valor econômico).

Apesar do trabalho imaterial estar subsumido à máquina como forma social do capital, ele por suas qualidades intrínsecas de forma material, não consegue produzir trabalho abstrato, além de estar aquém (ou além) da lógica da produtividade do capital. A natureza deste “novo saber” que impregna o processo de trabalho das novas máquinas capitalistas, tende a negar, em si, a ordem material do trabalho abstrato pois é, em si, irredutível à quantificação pelo tempo de trabalho. O que significa que o “novo saber” não é passível de ser precificado; e ainda é incapaz de ser formalizado, e portanto, transformado em “máquina”, como ocorre, por exemplo, com o conhecimento que, formalizado, se interverte em máquina (o que

coloca limites irremediáveis ao incremento da produtividade no setor I da economia capitalista, o setor de bens de produção) .

Na verdade, o trabalho imaterial tende a ser um nexo “estranho”, sempre tensionado, na ordem produtiva do capital. Isto não significa que o “novo saber” não está integrado – ou não é parte compositiva – da produção do capital. Pelo contrário, ele é sim, parte do capital, regido pela sua lógica. Mas o capital está diante de seu próprio limite intrínseco: a natureza do “trabalho vivo”, a sua dimensão anímica. indispensável para a produção de máquinas complexas.

Na medida em que o “novo saber” assume um papel estratégico na produção do capital constante, constituído cada vez mais pelo “trabalho morto” inteligente – diga-se de passagem, “inteligência artificial” - abre-se um campo de luta, de tensão pela formalização do “trabalho vivo” criador do “trabalho morto”, pela “captura” da subjetividade da força de trabalho como trabalho vivo, trabalho vivo reduzido, mas indispensável (e ineliminável) à produção do capital, com a tentativa perpétua de formalização do trabalho vivo ou do trabalho imaterial, adequado-o à materialidade do trabalho abstrato. O que explica, portanto, a busca recorrente de novas formas de gestão de pessoas nos locais de trabalho.

O processo de produção do capital, que é o processo de produção do trabalho abstrato, fundamento da forma-mercadoria, percorre a transição da manufatura para a grande indústria. Como salientamos, é um processo de substituição de “trabalho vivo” pelo “trabalho morto”. Ele contém em seu bojo, a *apropriação* pelo capital, do saber tácito do mundo do trabalho vivo, e sua transformação (ou formalização) em conhecimento, que através da ciência, é transformado em tecnologia, forma social da técnica. A máquina é expressão desta cristalização do saber em conhecimento fetichizado. O “trabalho vivo” se defronta com a máquina como uma coisa estranha a si próprio, quando ela é, na verdade, a cristalização de um conhecimento apropriado pelo capital, de um saber tácito formalizado e que se transfigura em capital fixo. Este movimento de abstração do “trabalho vivo” em “trabalho morto” é o desenvolvimento do sistema de máquinas.

Como salientamos, a máquina é a expressão suprema do trabalho abstrato (a máquina é, em si, um ente abstrato par excellence). Entretanto, ao negar o “trabalho vivo”, a máquina tende a negar a própria fonte de valor, a força de trabalho. Deste modo, o trabalho abstrato ao surgir em sua plenitude, é negado pelo seu próprio movimento. A lei do valor tende a ser abolida ao surgir. Como um organismo vivo, começa a morrer ao nascer.

O surgimento da máquina expressa o ápice de desenvolvimento contraditório da produção de mercadorias. Mas é importante acompanhar o próprio desenvolvimento do sistema de máquinas. As novas máquinas complexas,

capital fixo “inteligente”, tendem a repor, nas condições da crise estrutural (sendo elas o fator tecnológico desta própria crise estrutural), o “trabalho vivo” negado tendencialmente pelo próprio movimento da subsunção real do trabalho ao capital.

Entretanto, o trabalho vivo que se põe, em sua forma concreta, como trabalho imaterial, repõem um “novo saber”, não mais o *saber artesanal*, tendo em vista que o saber artesanal pertencia a um estágio menos desenvolvido das forças produtivas do trabalho social, mas o *saber imaterial*, produto de (inter)subjetividades complexas, tensionalmente integrada à lógica do capital (inclusive parte dele), irredutível às medidas abstratas e impassível à formalização visando a produtividade do trabalho.

Sob a grande indústria, a formalização do saber em conhecimento compunha o mote da educação técnica, que adestrava homens e mulheres à linha de produção, ao seu posto de trabalho, quase como máquinas vivas, logo substituídas por capital fixo.

O segundo momento, de “crise da grande indústria”, que prenuncia, na acepção de Ruy Fausto, a “pós-grande indústria”, é o momento de emergência do novo saber das (inter)subjetividades complexas que são obrigadas a lidar com as novas máquinas, inclusive máquinas que exigem afetos e envolvimento; um novo saber resistente à mera formalização abstrata (que tanto alimentou a lógica do trabalho abstrato em sua odisséia mecânico-industrial). Deste modo, é que podemos dizer que temos hoje a crise da educação técnica como mero adestramento profissional.

Enfim, o que observamos não é um mero retorno do saber artesanal, até porque o “novo saber” inscrito no trabalho imaterial – não podemos esquecer – é parte compositiva do trabalhador coletivo do capital, isto é, da máquina capitalista. O “novo saber” não é exterior à implicação do trabalho abstrato, sendo ele próprio expressão da subsunção real do trabalho ao capital. Mas, o que buscamos salientar é que, ele é uma interioridade tensa, convulsionada pela sua própria natureza, que abre, hoje, nos locais de trabalho, dos eixos dinâmicos de acumulação de valor, um campo de luta de classes.

O trabalho imaterial como trabalho concreto expressa, enquanto elemento compositivo do trabalhador coletivo do capital e, portanto, subsumido à lógica do valor, o pleno desenvolvimento da materialidade contraditória do trabalho abstrato. O trabalho imaterial e seu “novo saber” nasce desta contradição intrínseca à forma-máquina, a contradição entre forma material como técnica e forma social como capital. Em seu momento mais desenvolvido, a contradição essencial da relação-capital se explicita, paradoxalmente, na reprodução do “trabalho vivo” como “novo saber”, trabalho imaterial que compõe, ao lado de outros elementos, a manifestação explícita da crise do trabalho abstrato.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *A condição de proletariedade*. Bauru: Práxis, 2009.

_____. *Trabalho e Subjetividade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011

CASTELLS, Manuel. *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Ed. da UNICAMP; São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

FAUSTO, Ruy. *Marx, lógica e política*. São Paulo: Brasiliense, 1988. v. 2.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luis Bonaparte e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1986a. Livro 3.